Governo do Estado completa seis anos de repasses constitucionais em dia aos municípios

Qua 15 janeiro

Ao assumir o [Governo de Minas](#) em 2019, a atual gestão encontrou uma dívida bilionária com os municípios referente aos repasses constitucionais de ICMS e Fundeb. Além de regularizar os pagamentos, foi feito um acordo para quitar de forma parcelada o passivo. Desde então, a [Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais \(SEF/MG\)](#) mantém rigorosamente em dia os repasses, completando seis anos de regularidade.

Somente em 2024, foram transferidos um total de R\$ 26,24 bilhões em tributos aos municípios mineiros, sendo R\$ 20,28 bilhões de ICMS e R\$ 5,96 bilhões de IPVA. Além disso, aportou R\$ 13,99 bilhões ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), dos quais cerca de 55% retornaram às cidades, reforçando a educação básica e o desenvolvimento local.

□

"Fico muito satisfeito ao ver as prefeituras de Minas Gerais hoje recebendo o que é de direito, diante do cenário que encontramos em 2019, no início desta gestão. A segurança fiscal no estado garante atração de investimentos e, em consequência, mais empregos e desenvolvimento para a nossa população", disse o governador Romeu Zema.

□

SEF-MG / Divulgação

Os repasses constitucionais consistem na distribuição de recursos provenientes da arrecadação de tributos, com base em dispositivos legais que garantem a porcentagem que cabe aos municípios. O secretário de Estado de Fazenda, Luiz Claudio Gomes, lembra que a falta dos repasses deixou muitas prefeituras em situação de incertezas e com o caixa negativo e a regularização, à época, foi muito comemorada.

□

"Logo nos primeiros meses de 2019, colocamos os repasses em dia e, em abril, firmamos o acordo com a Associação Mineira de Municípios (AMM) para o pagamento dos R\$ 7 bilhões atrasados em 33 parcelas. Não só cumprimos o acordo como antecipamos o prazo final, de agosto

para junho de 2022, afirma Luiz Claudio Gomes.

□

"Foi uma conquista para a Secretaria de Fazenda e para as prefeituras. Agora, completamos seis anos de repasses em dia. Sabemos que é uma obrigação, mas devido ao histórico que encontramos, temos motivos para comemorar", completa.

IPVA

O valor arrecadado pelo Estado com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) também compõe o orçamento anual das prefeituras. O Tesouro Estadual transfere 50% do valor da arrecadação do IPVA esse tributo aos municípios e, em 2024, foram repassados R\$ 5,9 bilhões aos cofres municipais.

Acordo AMM Saúde

Outro acordo feito com a AMM tratou do pagamento de R\$ 6,3 bilhões referentes aos recursos do Fundo Estadual de Saúde (FES), devidos entre 2009 e 2020. Até o momento, o Governo de Minas quitou R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 670 milhões foram pagos em 2024.